

## O baixo índice de enfeitamento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, séculos XVIII e XIX

*The low rate of newborn rejection in the parish of Natal city, XVIII and XIX centuries*

**Thiago do Nascimento Torres de Paula**

Pós-Doutor em Educação pela UFRN (PNPD/CAPES/2018), Doutor em História pela UFRN (2016). Atualmente é Docente Colaborador do Mestrado em História dos Sertões da UFRN e da Especialização em Literatura e Ensino do IFRN, Educador em Direitos Humanos da SEEC-RN, pesquisador do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).  
E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir o baixo índice de enfeitamento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, localizada na capitania do Rio Grande do Norte, especificamente na passagem do século XVIII para o século XIX. As fontes examinadas na pesquisa foram: os assentos de batismo, casamento e óbito; os termos de vereação; os ofícios e as cartas ao Conselho Ultramarino; entre outros. Todo material empírico foi examinado à luz de referenciais da História Social.

**Palavras-chave:** Abandono. Recém-nascidos. Freguesia.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the low rate of newborns discarding in the parish of Natal city, located in the captaincy of Rio Grande do Norte, specifically in the passage from the eighteenth to the nineteenth century. The sources examined in the research were: baptismal registers, wedding and death registers, city hall terms, legal papers and letters to the Overseas Council, among others. Every empirical material was analyzed in the light of Social History references.

**Keywords:** Abandonment. Newborns. Parish.

---

### **Introdução**

O desafio a ser enfrentado, neste trabalho, é discutir o baixo índice de enfeitamento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, localizada na capitania do Rio Grande do Norte, especificamente na passagem do século XVIII para o século XIX. As fontes utilizadas para identificar o abandono de recém-nascidos, tal como o baixo índice de enfeitamento entre os moradores da freguesia da Cidade do Natal, foram: os assentos de batismo, casamento e óbito. Somaram-se ainda a outros documentos que permitiram compreender o contexto do enfeitamento naquela jurisdição eclesiástica, tais como: termos de vereação do Senado da Câmara, ofícios e cartas ao Conselho Ultramarino, entre outros.

Os documentos eclesiásticos encontram-se depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal, já os termos de vereação do Senado da Câmara estão sob a guarda do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, enquanto outros documentos estão disponíveis em mídias digitais.

Com isso, a freguesia da Cidade do Natal era parte integrante do Bispado de Pernambuco, correspondendo, como tantas outras freguesias do período colonial, a uma

área de assistência religiosa, comportando grandes espaços onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados (MONTEIRO, 2000). A área de assistência religiosa estendia-se por toda a capitania do Rio Grande do Norte, só sendo dividida na primeira metade do século XVIII, com a criação de outras freguesias, como a do Açú, a de Goianinha e a de Caicó (POMBO, 1922; CASCUDO, 1984; LYRA, 1998).

Pode-se afirmar que a freguesia da Cidade do Natal constituía uma formação social de pequena proporção na transição do século XVIII para o século XIX, pois a freguesia era portadora de uma população reduzida e dispersa em sítios, fazendas e outras comunidades menores, relativamente distantes da igreja matriz, assistidas religiosamente pelas capelas. Na segunda metade do século XVIII, a cidade contava com 3.288 moradores, entre os anos de 1774 e 1786, atingindo o número de 6.693 habitantes em 1805 (IDÉIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO..., 1774; CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente ... 1806).

### **O abandono de recém-nascidos**

Pode-se afirmar que homens e mulheres da freguesia da Cidade do Natal praticamente não enjeitavam seus filhos recém-nascidos, considerando o baixo índice de enjeitamento (2,9%), quando em comparação aos genitores de outras espacialidades das Américas portuguesa, cujos índices atingiram a grandeza dos 20% em áreas urbanas e portuárias (VENÂNCIO, 1999). Porém, de qualquer forma, o enjeitamento foi uma realidade e os recém-nascidos abandonados existiram na jurisdição eclesiástica, assim como em todos os outros rincões do mundo ibero-americano.

Foram arrolados um total de 5.381 assentos de batismos, sendo identificados 157 enjeitamentos, o que correspondeu ao percentual supramencionado. Algo que salta aos olhos é que 100% dos enjeitamentos ocorreram em domicílio, e recorrentemente à noite (ASSENTOS DE BATISMO, 1753-1835; ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1835). É importante lembrar que aqueles meninos e meninas enjeitados não foram socorridos pelo Senado da Câmara da Cidade do Natal, instituição que tinha a função de subsidiar a criação dos pequenos (TERMOS DE VERAÇÃO, 1709-1823; ORDENAÇÕES FILIPINAS, LIVRO I, TÍTULO 66, § 41).

Com isso, o enjeitamento de recém-nascidos não se constituiu em um problema, haja vista que problemas para os homens-bons do Senado da Câmara da Cidade do Natal eram: uma ponte quebrada; fontes de água e caminhos sujos; porcos soltos que destruíam roças, ou mesmo mulheres de má procedência (TERMOS DE VERAÇÃO, 1709-1823).

O ínfimo percentual de enjeitamento na freguesia possibilitou que os recém-nascidos abandonados fossem invisíveis aos olhos dos padres visitantes da Sé de Olinda. Os representantes do Bispo de Pernambuco consideravam problema os indivíduos que não batizavam os filhos até o oitavo dia de nascimento, ou mesmo os homens e mulheres que deixavam de ir à missa do domingo para fazerem roça e pescarem (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE Nª SRª DA APRESENTAÇÃO, 1725-1890).

Assim, quanto ao baixo índice de enjeitamento na freguesia da Cidade do Natal, é importante conhecer alguns aspectos da economia local, que provavelmente se associava ao fenômeno social do abandono. Os moradores da jurisdição eclesiástica estavam envolvidos na produção de feijão, arroz, milho, farinha e coco, e consumiam o gado vindo do sertão; havia pouco mais de 2.000 escravos no termo da Cidade do Natal, concentrando em torno de 50% da mão de obra compulsória da capitania. Suponho que a maior parte dos cativos estava concentrada ao sul, na vila de São José do Rio Grande, já que lá estavam localizados 22 engenhos produtores de açúcar e derivados. Em resumo, Natal e sua

freguesia não centralizavam nem a produção de açúcar nem os principais currais criatórios (ANDRADE, 1981; DIAS, 2013).

Ou seja, os fregueses da Cidade do Natal estavam empregados na pequena agricultura, pequena criação, pesca de rede e no comércio local, não abandonando seus filhos recém-nascidos na mesma proporção que os indivíduos pertencentes aos grandes centros urbanos da América portuguesa, como dito anteriormente. Em Natal, muito provavelmente uma criança recém-nascida representava, caso não morresse nos primeiros dias ou meses de vida, uma mão de obra suplementar para os muitos domicílios desprovidos de escravos. Partindo dessa premissa, é possível que homens e mulheres unidos pelo laço do casamento ou mesmo vivendo em relações estáveis sem o aval da Igreja retivessem suas crianças.

Não houve um aumento nos números de abandono nem mesmo em momentos de crise provocados pelas estiagens, que periodicamente acometiam as terras do norte da colônia, causando escassez de alimentos e aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. O flagelo das secas se fez sentir com grande intensidade nas décadas de 1760, 1770 e 1790 (SANTOS, 2010; ALVES, 1982). O momento nevrálgico da ausência de inverno na capitania do Rio Grande do Norte foi entre 1790 e 1793, a ponto de, em 1791, o Governador expor a calamitosa situação ao Conselho Ultramarino (OFÍCIO DO SARGENTO-MOR E GOVERNADOR INTERINO DO RIO GRANDE DO NORTE CAETANO DA SILVA SANCHES ..., 1791).

O aumento dos preços foi uma realidade na freguesia da Cidade do Natal. A carne fresca ou verde, assim como a salgada, apresentou um preço médio, durante quase todo o século XVIII, de \$400 réis a arroba, valor determinado pelo Senado da Câmara. No entanto, entre os anos de 1780 e 1793 constatou-se uma alta no preço do alimento, principalmente em função das estiagens, mas também se deve considerar que, em alguns momentos, os contratadores negligenciaram o fornecimento do gênero.

O sal, apesar de sua quantidade e oferta no litoral da capitania do Rio Grande do Norte, também passou por aumentos progressivos; em 1793, a carne seca, que necessitava de um trato especial em sua feitura, chegou a ter sua comercialização permitida por até 1\$240 réis a arroba, chegando em 1795 a ser permitida a venda por 1\$600 réis (DIAS, 2011).

A farinha de mandioca, produto consumido em quase toda a América portuguesa, passou por um aumento significativo na segunda metade do século XVIII. Em 1760, a venda do alqueire do gênero foi permitida pela Câmara pelo preço máximo de \$640 réis, sendo que, no início da década de 1790, período da grande seca, a comercialização foi permitida por um máximo de 1\$280 réis, chegando, em 1792, a ser vendida por 2\$400 réis o alqueire (DIAS, 2007).

Em 23 de janeiro de 1790, o Senado da Câmara de Natal emitiu a seguinte notificação:

Notificar aos jangadeiros, tresmalhos e barqueiros, para não levarem peixe seco para fora dessa cidade sem primeiro o terem a vender ao povo por oito dias contados até o primeiro de fevereiro e o mesmo mandado se estende sobre a farinha, arroz e feijão, e ao almotacé vigorasse este mandado fazendo pagar para esta Câmara de condenação aos transgressores [...] (TERMO DE VERAÇÃO, 1790, fl.122V-123).

A necessidade de gêneros de primeira ordem era premente; a carestia de alimentos muito possivelmente foi presente em quase todos os domicílios da freguesia naquele ano, a ponto de mobilizar os oficiais da Câmara a procurarem reter a todo custo víveres em sua jurisdição. Mesmo assim, o abandono de recém-nascidos foi mínimo, deixando evidente que

o ato de enjeitar, naquele espaço da América portuguesa, não foi uma atitude de desamor, como expõe Venâncio (1999), e nem é totalmente explicável pelo prisma dos aspectos materiais.

A relação entre crises de abastecimento e abandono de crianças apresentou aspectos variados dentro dos limites do mundo colonial português. Na cidade do Rio de Janeiro, o aumento dos preços de víveres foi acompanhado pelo aumento dos números de enjeitamento, enquanto na cidade de Salvador, no mesmo período, as curvas que representavam o aumento dos preços de alimentos e do abandono de recém-nascidos eram inversamente proporcionais (VENÂNCIO, 1999).

Agora, qual a relação entre ilegitimidade e enjeitamento na freguesia da Cidade do Natal, haja vista que, mesmo em momentos de escassez de alimentos e elevação dos preços dos gêneros alimentícios, o índice de enjeitamento de recém-nascidos permaneceu baixo?

### **Os filhos ilegítimos**

Por outro lado, fosse em terras da Coroa portuguesa, fosse nos domínios de Castela, filhos ilegítimos poderiam desprestigiar a imagem de algumas pessoas tanto no nível superior da hierarquia social, quanto no inferior, sendo, por vezes, motivo para o enjeitamento, mas não regra.

Na freguesia da Cidade do Natal, os registros de batismo revelaram uma grande quantidade de recém-nascidos registrados como ilegítimos, na categoria de filhos naturais, que classificamos em filhos naturais, filhos naturais de pai incógnito, filhos naturais com o nome dos pais (quando conseguiu-se captar casais que viviam em concubinato) e, por último, filhos naturais somente com o nome do pai, que foram casos bem raros (ASSENTOS DE BATISMO, 1753-1835).

Os filhos ilegítimos, na formação social investigada, representaram um percentual de 20,3% sobre o número de recém-nascidos batizados livres, enquanto a cifra de enjeitamento, como já dito, foi de 2,9%, em um universo em que os filhos legítimos eram a maioria, sendo arrolados em 76,8% (ASSENTOS DE BATISMO, 1753-1835).

Os números evidenciam que a maioria dos indivíduos, fossem do nível superior, fossem do inferior da hierarquia social, estavam enquadrados no mundo das normas em relação ao sacramento do matrimônio. De norte a sul da América portuguesa, a grande maioria dos rebentos vinha de relações maritais seladas pela Igreja, compondo, portanto, um padrão comum. Tome-se o exemplo de São Paulo.

Os ilegítimos, apesar de sustentarem índices significativos na sociedade paulista do setecentos, não superaram, em nenhum momento, as somas encontradas para os filhos legítimos. Essa conclusão desfacela, sem dúvida, o que foi afirmado pela historiografia tradicional, a respeito da imoralidade imperante nas terras brasileiras (LOPES, 1998, p. 215).

Mais ao sul, na década de 1790, na vila de Curitiba, a maior parte dos batizados recém-nascidos livres também eram filhos legítimos (GALVÃO, 2006). Dessa forma, as cifras apresentadas anteriormente para os filhos ilegítimos e enjeitados na freguesia da Cidade do Natal permite compreender que ser ilegítimo não era de maneira geral uma condição para que genitores deixassem seus rebentos pelas portas e junto aos domicílios da jurisdição eclesiástica.

A tabela 1 expõe tal realidade. Trata-se de números desiguais, de uma conta que não fecha, nem para a freguesia da Cidade do Natal nem para outras regiões do extenso

território da colônia portuguesa na América. Claro que não se pode esquecer que o ato de abandonar era carregado de significados, tendo suas funções específicas, mas não será examinado neste estudo. Assim, nas vilas e nas vastas freguesias rurais, a quantidade de filhos ilegítimos era superior à de expostos, como pode verificar.

**TABELA 1** - Índices de ilegitimidade e abandono em algumas regiões da América portuguesa na passagem do século XVIII para o século XIX

Região	Ilegitimidade	Abandono
Freguesia da Cidade do Natal	20,3%	2,9%
Vila do Príncipe /RN	11,8%	5,6%
Ubatuba / SP	16,4%	0,6%
Vila de Sorocaba / SP	9,5%	4,1%
Lapa / PR	22,4%	5,2%
Vila de Curitiba / PR	13,4%	9,1%

**Fontes:** Livros de Batismo da Freguesia da Cidade do Natal; Macedo, 2007; Marcílio, 1973; Marcílio, 1986; Bacellar, 1996; Bacellar, 2001; Valle, 1983; Cavazzani, 2005.

De norte a sul da colônia, as cifras de ilegitimidade estavam acima dos índices de abandono; em regiões como Rio de Janeiro, Salvador, Vila Rica, São João del Rei e Porto Alegre, em alguns momentos da transição do século XVIII para o século XIX, as curvas de ilegitimidade respondiam positivamente às do abandono, porém, de maneira geral, os números de enjeitamento não estavam acima da ilegitimidade (VENÂNCIO, 1999; FRANCO, 2014; BRÜGGER, 2006; SILVA, 2014).

Como foi demonstrado, a ilegitimidade não representou um indicativo geral para que os indivíduos que constituíam a formação social da freguesia da Cidade do Natal abandonassem seus filhos recém-nascidos. Sem desconsiderar que, entre os 2,9% de expostos, houve casos de filhos consequência de relações consensuais que foram abandonados, mas que não será discutido. Dessa maneira retorna-se, à questão: por que homens e mulheres enjeitaram tão pouco?

Deve-se levar em consideração também os aspectos estruturais das formações sociais de pequenas e grandes proporções, que refletiam no todo relacional, proporcionando a composição de redes de interdependência diretas e indiretas entre as pessoas, que provavelmente pode ter interferido no índice de enjeitamento na freguesia (ELIAS, 2001).

### **A interação social**

Pode-se afirmar que a freguesia da Cidade do Natal constituía uma formação social de pequena proporção na transição do século XVIII para o século XIX. Para sustentar tal afirmação, apresento alguns indicadores: primeiro, a freguesia era portadora de uma população reduzida e dispersa em sítios, fazendas e outras comunidades, como apresentado na introdução; segundo, não existia na freguesia uma feira de gado importante como a de Sorocaba, que atraía pessoas do extremo sul da América portuguesa e indivíduos de outras regiões coloniais (BACELLAR, 2001). Apesar da intensa criação de gado *vacum* nas ribeiras dos sertões da capitania do Rio Grande do Norte, os animais comercializados eram encaminhados para as feiras de gado das capitanias de Paraíba e Pernambuco pelos caminhos dos sertões (DINIZ, 2013); terceiro, a existência de um porto de cabotagem, que tinha basicamente a função de escoar determinados produtos comerciais para as capitanias vizinhas, ou possivelmente para outros pequenos portos da

própria Capitania. Isso demonstra a existência de uma rede de comércio de pequeno alcance. Neste ponto, Natal diferia de formações sociais de grandes proporções como a vila de Santo Antônio do Recife, que tinha em seu espaço um porto atlântico por onde se escoava a produção de açúcares, algodão, couros, assim como era também um porto negreiro, porta de entrada da mão de obra escrava egressa do continente africano, contando também com um intenso trânsito de pessoas que chegavam à América ou dela partiam.

Sinto-me tentado a afirmar que, sem uma feira de gado que atuasse como uma força centrípeta, atraindo indivíduos de outras comunidades, somando-se a isto a existência de um porto auxiliar ao de Recife, voltado para a navegação de cabotagem, que possibilitava um curto alcance comercial, é possível inferir que em Natal não existia um trânsito intenso de pessoas. No desenvolvimento da pesquisa constatou-se, nos assentos de batismo, que os homens e mulheres que batizavam seus filhos, tal como os respectivos avós, eram em grande parte naturais da freguesia estudada, havendo um número pequeno de forasteiros egressos de Portugal, Pernambuco, Paraíba, Ceará e outras regiões (ASSENTOS DE BATISMO, 1753-1835).

Em suma, a população da freguesia de Cidade do Natal era supostamente pouco dinâmica. A maior parte dos habitantes nascia, casava-se (ou constituía famílias ilegítimas) e morria naquela mesma jurisdição eclesiástica. Pode-se, assim, afirmar que as pessoas que lá viviam se conheciam em sua totalidade, fossem pertencentes aos estratos superiores ou aos inferiores da hierarquia social (ASSENTOS DE CASAMENTO, 1727-1835; ASSENTOS DE BATISMO, 1753-1835; ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1835).

A partir disso, acredita-se que a interseção entre os indivíduos era intensa em Natal; o entrelaçamento social que dava sentido ao funcionamento daquela sociedade era bastante estreito, e os fios invisíveis das redes de interdependência que transpassavam o interior dos indivíduos e os uniam em um todo relacional compunham tessituras complexas de relações mútuas. Todavia, aquelas redes de reciprocidade e dependência entre os indivíduos da freguesia não eram frouxas e apresentavam pouca elasticidade, resultando em uma interdependência direta (ELIAS, 1980).

Assim, vislumbra-se na tessitura das redes de interdependência direta a uma possível causa para a pequena frequência do abandono de recém-nascidos naquela formação social, cujo índice de enjuntamento, foi aferido em 2,9%. Deve-se destacar que, apesar da freguesia ter constituído uma comunidade pequena, as redes de interdependência ali constituídas não eram simples, mas apresentavam alto grau de complexidade, sendo mútuas, múltiplas e se desdobrando em vários sentidos no conjunto das relações (ELIAS, 1994). Por conseguinte, aponta-se para o caráter direto da dependência mútua entre aquelas pessoas: como os indivíduos se conheciam e as relações diárias eram possivelmente *vis-à-vis*, os laços de interdependência tornavam-se mais apertados e os espaços na malha da rede de relações de reciprocidade mais estreitos.

Acredita-se que tais laços de interdependência mais apertados e diretos influenciaram de maneira na estrutura social da personalidade daqueles fregueses, estabelecendo uma maior coesão social entre as pessoas que viviam na freguesia, quando se tratava do ato de abandonar recém-nascidos. Resumo da ópera, as redes de dependência mútua de caráter direto possibilitaram talvez, na passagem do século XVIII para o XIX, na freguesia da Cidade do Natal, um controle social sobre cada indivíduo, não bloqueando, mas retendo o abandono de recém-nascidos livres, e, por vezes, reduzindo a zero o índice de enjuntamento de recém-nascidos escravos.

Salienta-se ainda que, quando o enjuntamento acontecia, o ato era quase que teatral, ligado aos gestos daquela sociedade cristã, pois todos sabiam quem era filho de

quem, e abria-se a possibilidade de alguém praticar a caridade, recolhendo e batizando o abandonado.

Diante de tais pressupostos, pode-se afirmar que em formações sociais onde o fenômeno do enjeitamento de recém-nascidos foi aferido em índices baixos ou muito baixos, muito supostamente houve a composição de redes de interdependência diretas entre os moradores. Assim, o entrelaçamento social direto, característico da freguesia analisada, reproduziu-se em outras formações sociais; as relações de interdependência diretas provavelmente operavam como um mecanismo de contenção da prática de enjeitamento de recém-nascidos.

Na América portuguesa, é destacável a comunidade de Ubatuba, onde foi arrolado um índice de crianças enjeitadas na grandeza de 0,6%. É perceptível que, se na freguesia da Cidade do Natal o enjeitamento foi considerado baixo e pouco frequente, em Ubatuba, formação social composta de camponeses e pescadores no litoral centro-sul da colônia, apresentou-se uma taxa baixíssima de abandono. Acredita-se que tais indivíduos não abandonavam seus filhos recém-nascidos de forma banal. Tal comunidade foi caracterizada por Marcílio (1986, p. 134), que afirma que

Intensos laços de solidariedade uniam os grupos domésticos vizinhos, colaborando para que a entreatada fosse regra e padrão de conduta e mesmo de sobrevivência entre os camponeses. Trocava-se alimentos, mas também se oferecia trabalho, solidariedade nos momentos difíceis, de carências, doenças, acidentes e morte.

É importante salientar que, em formações sociais maiores, as relações de interdependência entre as pessoas tornavam-se menos diretas, mais elásticas. Dessa forma ocorria um número maior de enjeitamentos de recém-nascidos, sobretudo em regiões onde havia um trânsito constante de indivíduos, como na vila de Sorocaba, na vila do Príncipe, na capitania do Rio Grande do Norte, e na cidade de Córdoba, localizada no Vice-reino do Prata. Vale lembrar que essas formações sociais estavam situadas em regiões de passagem e entrecruzamento de pessoas.

A título de compor um panorama, a vila de Sorocaba, em função de sua feira de gado, atraía indivíduos de várias partes do centro-sul, assim como do extremo sul da América portuguesa. Naquela vila, o índice geral de enjeitamento correspondeu a 4,1%, enquanto na vila do Príncipe, lugar por onde passavam os caminhos de gado e indivíduos que vinham de Natal, do Acú (ribeira do Rio Grande do Norte com o maior número de fazendas), do Ceará e seguiam para Paraíba e Pernambuco, apresentou-se um índice de 5,6%. Em Córdoba, região onde cruzavam indivíduos e ocorria o comércio legal e ilegal entre o Chile, Buenos Aires e o Alto Peru (atual Bolívia), o enjeitamento de recém-nascidos esteve na ordem de 4,9%, taxa não muito diferente da Lapa, sul da capitania de São Paulo, também envolvida no comércio de gado e tropeirismo, onde o enjeitamento foi aferido em 5,2% (BACELLAR, 2001; MACEDO, 2007; CELTON, 2008; VALLE, 1983).

É notório que os índices de enjeitamento detectados para Sorocaba, vila do Príncipe, Córdoba e Lapa foram superiores aos 2,9% arrolados para a freguesia da Cidade do Natal. Por outro lado, havia uma similaridade entre aquelas formações sociais e a freguesia da Cidade do Natal, pois nenhuma delas tinha uma Roda dos enjeitados\* instalada em seus

---

\* Sobre a dita Roda dos enjeitados comenta-se era: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados fora a roda dos expostos. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda

territórios, e as respectivas governanças não atuaram no socorrimento dos enjeitados. No entanto, o entrelaçamento social e as relações de interdependência entre os indivíduos tornavam aquelas formações sociais bem diferentes, provavelmente explicando a diferença nos índices de enjeitamento.

### **Conclusão**

Como foi apresentado ao longo do estudo, os homens e mulheres que viviam na freguesia da Cidade do Natal, entre os anos setecentista e oitocentista, estavam associados a um tipo de economia de subsistência. A jurisdição eclesiástica não abrigava em seu espaço nem os principais currais criadores de gado, nem muito menos os engenhos de grande porte produtores de açúcar, como maior parte da população era desprovida de mão de obra escrava. Sendo assim, acredita-se que filhos em um domicílio representava uma força de trabalho suplementar, ampliando a capacidade de produção de alguns grupos familiares.

Por último, pode-se afirmar que, somado a tudo isso, os indivíduos da freguesia, tanto do estrato superior, quanto do estrato inferior da hierarquia social não enjeitavam facilmente seus filhos recém-nascidos, considerando o índice de abandono de 2,9% na transição do século XVIII para o século XIX. Salienta-se que a ilegitimidade não foi um fator determinante para orientar o enjeitamento naquela sociedade, nem tão pouco os aspectos materiais, haja vista que em tempos de estiagem e aumento de preços dos gêneros alimentícios, a taxa de abandono não foi catalisada.

Ao cabo de tudo, as relações de interdependência entre as pessoas na freguesia da Cidade do Natal eram diretas. Encontra-se na coesão social uma possibilidade de explicação para baixa taxa de abandono, uma população pouco dinâmica, endógena e com canais de comunicação precários, típicos do mundo colonial. Enquanto nas formações sociais envolvidas no comércio de gado, tropeirismo e com um tráfego maior de indivíduos, as relações de dependência no todo relacional eram indiretas; assim as pessoas não se conheciam em sua totalidade e, conseqüentemente, o abandono era um pouco mais elevado, já que havia um menor controle a partir da interação social.

### **Fontes**

ASSENTOS DE BATISMO da freguesia da Cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, 1753-1835.

ASSENTOS DE CASAMENTO da freguesia da Cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, 1727-1835.

ASSENTOS DE ÓBITO da freguesia da Cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, 1760-1835.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); “Mapa da população da capitania do Rio

---

era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê” (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 233).



Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805”; “Relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem”. Natal, 31 de dezembro de 1806. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &. a &. a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: *Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. (Vol. XL – 1918)

OFÍCIO do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao Secretário de Estado e Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da capitania à data de sua posse; epidemias de bixiga; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento; dando conta das providências tomadas, nomeadamente a arrematação do contrato das carnes e queixando-se da falta de jurisdição e autoridade para prover oficiais de justiça e fazenda e passar patentes e cartas de sesmarias. Anexos: atestação dos oficiais da Câmara de Natal, mapa do rendimento dos contratos dos dízimos, mapa dos corpos auxiliares e companhias de infantaria, armamento da Fortaleza dos Reis Magos e provisão. Natal, 29 de abril de 1791. AHU-ACL-CU-018, Cx. 8, Doc. 483.

ORDENAÇÕES FILIPINAS – Disponível em:  
<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

PRIMEIRO LIVRO de Tombo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, freguesia da Cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, 1725-1890.

TERMOS DE VERAÇÃO do Senado da Câmara da Cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, 1709-1823.

### **Bibliografia**

ALVES, Joaquim. *História das secas (séculos XVII-XIX)*. Mossoró: ESAM, 1982.

ANDRADE, Manuel Correa de. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. Natal: EDUFRRN, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A criança exposta nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambu, n. 10, 1996, p. 1731-1746.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun. 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII)*. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CELTON, Dora E. Abandono de niños e ilegitimidad. Córdoba, Argentina, siglos XVIII-XIX. In: GHIRARDI, Mónica (Coord.). *Familias iberoamericanas ayer y hoy: una mirada interdisciplinaria*. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2008.

DIAS, Thiago Alves. *Carne, farinha e aguardente: o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno (1750-1808)*. 86f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DIAS, Thiago Alves. Produção, consumo e comércio nas Vilas do Rei. *Mneme – Revista de humanidades*, Caicó, v. 14, n. 26, p. 01-31, jan./jul. 2013.

DINIZ, Nathália Maria Montegro. *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas ribeiras do norte*. 307f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2014.

GALVÃO, Rafael Ribas. *Relações amorosas e ilegitimidades: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII)*. 212f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1998.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Nordeste, 1998.

MÂCEDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII)*. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: EDUSP, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas / CEDHAL, 1986.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EdUFRN, 2000.

POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: EDUNB, 1981.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 3. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

SILVA, Jonathan Fachini da. Quando os anjos batem em sua porta: o fenômeno da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi, CARDOZO, José Carlos da Silva, FREITAS, Denize Terezinha Leal, SILVA, Jonathan Fachini. (Orgs.). *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

VALLE, Marília Souza do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829*. 372f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.